



Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1990.

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 87.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1990.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (40).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Masignan e Rafael Greca (13). Em licença o Senhor Deputado Luciano Pizzatto.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa

defer e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)

24 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, com o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vamos atender ao pedido de Vossa Excelência com muita satisfação. Vossa Excelência quer os resultados também? Perfeitamente.

Os Srs. Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) Srs. Deputados aprovam a Ata.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

Está aprovada a Ata.

O Senhor 1º Secretário passará à leitura do expediente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de saber se o voto do Depuado José Alves foi contado.

O Deputado José Alves não se encontra em plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Prossegue-se a sessão com a leitura do expediente pelo 1º Secretário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Eu agradeço, Sr. Presidente a deferência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Nós é que agradecemos à interferência de V.Exa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Quando estou falando V.Exa. me corta a palavra e manda prosseguir a sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - V.Exa. está na redundância.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Segue-se a sessão com a leitura do expediente pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Algaci Túlio) - (Procede a leitura do expediente).

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PRN, indico os Deputados para comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE FICALIZAÇÃO.

David Cheriegate (Titular)

Ferrari Júnior (Suplente)

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1990

(a) FERRARI JÚNIOR

Líder do PRN

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2312**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência e a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 480/90, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei n° 9.302, de 19 de junho de 1.990.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de votação e discussão para o Projeto de Lei n° 514/90, que cria a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 439/90, 510/90, 511/90 e 512/90.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO N° 2334

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n° 352/89: Autoriza o Poder Executivo a privatizar o serviço de Transporte Marítimo de veículos na Baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Orlando Pessuti, Neivo Beral-

din, Antônio Annibelli, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Cândido Bastos, Artagão Mattos Leão, Pirajá Ferreira e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO N° 2306

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 508/90 que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores da Bacia do Rio do Campo - RIOCAM" - com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2307

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar, o Projeto de Lei n° 520/90 que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural Peru-Brasil, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar, o Projeto de Lei n° 360/90, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2309

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 505/90, que cria o município de GRACIOSA, desmembrado do município de Paranavaí, bem como sua votação em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ANTÔNIO BARBARA

REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 518/90, que declara de Utilidade Pública a "Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná - APAP-PR, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 425/90.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ETELVINA DOS SANTOS LIMA FARACO, ocorrido em 16.10.1990, p.p.

Tal passamento vem enlutar tradicional família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer ainda que, da decisão da Casa, seja dada ciência à Família enlutada, no seguinte endereço: Rua Brigadeiro Franco, n° 334, Bairro Mercês, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE, na pessoa de CELSO TADEU MARCHIORI (Presidente), extensivas aos demais Membros da Diretoria eleita para a gestão 90/91, pela posse ocorrida no último dia 13 de outubro de 1990.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a todos os Membros do Magistério Paranaense, na pessoa da Prof.^a Isolde Benilde Andreata, Presidenta da A.P.P - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná, pela passagem do "Dia do Professor", nesta data.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao BANESTADO, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pela Inauguração da agência da cidade de Bauru-SP.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao BANESTADO, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pela Inauguração da agência da cidade de Santo André (SP).

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao BANESTADO, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pela Inauguração da agência da cidade de Ribeirão Preto (SP).

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Iporã (PR), nas pessoas do Prefeito Municipal e Vereadores acima, pela passagem do 29° aniversário daquele Município.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao BANESTADO, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pela Inauguração da agência "Voluntários da Pátria", na cidade de Cascavel. (PR).

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao BANESTADO, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, pela Inauguração da agência da cidade de Pranchita (PR).

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município Sarandi (PR), na pessoa de seu Prefeito, Sr. Hélio Gremes Pereira, extensivos à Comissão Organizadora dos Festejos, pelo transcurso do 8° Aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Doutor Leibniz Agibert, eleito Presidente da AEA-PR-Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e ao Doutor Júlio Minioli Neto, eleito Presidente do Núcleo Regional de Curitiba, da mesma Associação, a serem empossados no próximo dia 12 de Outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, na pessoa de seu Comandante, Cel. QOPM Miguel Arcanjo Capriotti, extensivos a todos os membros daquela Corporação, pelo transcurso do 78° Aniversário de Fundação, comemorado no último dia 09 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2327

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, reivindicando a mudança no parâmetro para a fixação do valor cobrado pelo serviço de esgoto sanitário, hoje cobrado à base do consumo de água.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que nem toda a água consumida pelo usuário do sistema de abastecimento da SANEPAR acaba sendo coletada pelo esgoto.

Considerando que deve haver diferença mais acentuada de custo na operação dos dois sistemas: de abastecimento de água e de coleta de esgoto.

Considerando as seguidas reclamações da população, que se queixa das altas taxas cobradas pelo serviço de coleta do esgoto sanitário, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 2328

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à TELEPAR solicitando estudos visando a viabilidade de instalação de Postos de Serviço Telefônico (PS), nas localidades de ENTRE RIOS e VENDA SOUZA LEAO, pertencentes ao município de BARBOSA FERRAZ.

Sala das Sessões, em 17.10.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação constitui-se num antigo desejo por parte daquelas comunidades e o embasamento desta solicitação está no fato de contarem com um número considerável de habitantes, que justificam

perfeitamente a pretensa instalação.

Em razão do exposto e certo de que este benefício em muito contribuiria para o desenvolvimento daquelas localidades, solicito a costumeira atenção, ficando no aguardo de um breve parecer.

REQUERIMENTO N° 2.329

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, reivindicando que CAMPO MOURÃO seja incluído entre os Municípios que serão beneficiados com a confecção de folhetos mostrando suas potencialidades na área turística, através da exploração e apresentação de suas atrações, pratos típicos, potencialidades, calendários de eventos, etc.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Esporte e Turismo, deu início recentemente à renovação do material de divulgação dos principais pontos turísticos do Paraná, com a confecção de folhetos de diversas cidades que apresentam potencial no setor;

Considerando que Campo Mourão polariza uma vasta região e estão localizada no roteiro de uma parcela significativa de turistas que visitam Foz do Iguaçu e países fronteiriços;

Considerando que o Município não conta com nenhum material de divulgação das suas atrações, pratos típicos, potenciais, etc.

REQUERIMENTO N° 2.310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 98 e seus parágrafos da Constituição do Paraná, vem requerer a manifestação do Plenário e aprovação para o seguinte pedido de informações, dirigido ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

- 1) Qual a razão de não estarem sendo pagos os precatórios judiciais, por dívidas e condenações do Estado do Paraná?
- 2) Desde que data isto vem ocorrendo?
- 3) Qual o número de precatórios que a dívida é sobre pensão alimentícia, bem como seus valores?

- 4) Qual o número de precatórios sobre outras dívidas do Estado e o montante destas dívidas até o presente momento, se devidamente corrigidas?

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Ferrari Júnior, Algaci Túlio e

Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A título de justificativa, anexa-se artigo do ex-Presidente da OAB do Paraná, advogado Eduardo Rocha Virmond, publicado na última edição do Jornal da OAB:

"A VERGONHA DOS PRECATÓRIOS

Eduardo Rocha Virmond

O Estado do Paraná é o único Estado do Sul do País que se recusa, há quatro anos, a pagar os precatórios. Esta recusa ao pagamento das dívidas judiciais é um desrespeito à autoridade do Poder Judiciário e aos mais fundamentais direitos humanos e preceitos democráticos. Esta recusa é um acinte às obrigações constitucionais do Estado e das autoridades que exercem o poder. É também uma ofensa à tradição dos Governos do Estado do Paraná, que exerceram o compromisso maior e constitucional de honrar a dívida judicial.

Por fim, o que é mais grave, o atual Governo do Estado, através de multimilionária campanha de promoção de suas apregoadas virtudes, fez divulgar, pela palavra do Governador, que não só o Estado do Paraná estava quites com a sua dívida pública, mas que havia "superavit"...

A dívida judicial é mais grave das dívidas do Estado e a mais prolongada. Ela se inicia com a recusa do Estado em pagar uma indenização ou honrar um contrato. Continua pelos longos e sinuosos caminhos da Justiça, obtém vez por outra o abrandamento de seu montante pelo Judiciário. Depois de anos chega à execução, que, desde que instaurada até a sua colocação na ordem de pagamento do orçamento, leva mais dois ou três anos. Então, o Poder Público tem mais um ano e meio para fazer o pagamento, segundo ordena a Constituição.

A declaração de quitação, proclamada aos quatro ventos, contrasta com as informações do Departamento Financeiro do Tribunal de Justiça. Efetivamente, há duzentos precatórios de pensão alimentícia não pagos e mais quinhentos de outras dívidas, também não pagos.

Governadores atuais empenharam-se para obter dos congressistas um desses favores indecentes que ficaram estabelecidos na Constituição, no caso o de pagar a dívida judicial em oito anos. Graças ao seu sistema de intimidação e ao "patriotismo", tal pretensão foi aprovada e faz parte das Disposições Transitórias. Pois bem, todos os Governadores e principalmente o de São Paulo, não tiveram como se recusar a pagar, de ano a ano, esses oitavos, que atualmente se constituem de dois vencidos. O único que se declarou quites com a Justiça, mas não pagou a Justiça, nem os oitavos, é o governador do Estado do Paraná.

Tal situação, que traz vergonha, e põe o Estado do Paraná abaixo de verminosa

situação de alguns Estados do Nordeste, não recebeu protesto à altura do Poder Judiciário, ou iniciativa tendente a obrigar o Governo a cumprir a Constituição. Ora, a autoridade do Poder Judiciário, como sabemos, é a última esperança de todo o cidadão. Se o Judiciário tolera questão dessa natureza, o que pensará o homem comum do que se fará quando chegar uma situação de confronto?

O ocaso triste desse episódio alimenta a expectativa de que, seja qual for o Governador eleito (mesmo que seja o candidato apoiado pelo atual), que tenha a hombridade de respeitar o Estado de Direito, a Constituição e o simples dever moral de qualquer homem de bem, que é o de pagar as suas dívidas."

REQUERIMENTO N° 2.313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas informações aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Comunicação, respectivamente, para que esta Casa possa avaliar o que realmente está ocorrendo em relação à dívida do Estado ou do município de Curitiba referente à CIC - Cidade Industrial de Curitiba, respondendo os seguintes quesitos:

1. Em que situação se encontra a dívida do Estado ou do município de Curitiba, relacionada com a instalação da CIC - Cidade Industrial de Curitiba?

2. Qual o valor gasto para "Esclarecimento da opinião pública", nos meios de comunicação, sobre esse assunto?

3. Quais as medidas administrativas ou judiciais que foram ou estão sendo tomadas para solucionar o impasse?

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Depois de criada a polêmica entre o Estado e o município de Curitiba, através de matéria paga veiculada pela televisão, diversas entidades e segmentos da sociedade têm classificado a atitude de ambas as partes como inoportuna e sem objetivo.

Tendo em vista que o problema pode ser solucionado mediante ação deste Poder Legislativo, tais esclarecimentos são necessários para uma tomada de posição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 521/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Dispõe que somente artistas paranaenses sejam contratados pelos órgãos

públicos da Administração Direta, para shows e apresentações públicas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Buscando proteger os valores artísticos genuinamente paranaenses, propomos que a contratação de artistas pelos órgãos públicos da Administração Direta, para shows e apresentações públicas, seja levada em consideração a naturalidade dos mesmos.

Como em qualquer campo de atividade humana, também no setor das artes e, notadamente no da música, encontramos o fenômeno da "concorrência desleal" que, muitas vezes, vai buscar o artista "de fora" em detrimento do artista "prata da casa".

Propomos uma medida que em nosso entender é justa, não apenas por sua característica protecional, mas, especialmente, porque no Paraná temos inúmeros cantores (solos), duplas, trios, conjuntos (vocal e instrumental) que são capazes de superar artistas renomados de outros Estados. É necessário que o direito do artista paranaense seja respeitado e seu trabalho valorizado de tal modo que nenhum órgão público da Administração Direta possa contratar artistas de outros Estados para shows e apresentações. Não se trata de discriminação e, sim de valorizar o talento e o trabalho do artista do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 522/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOKOLSKI NZ, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO SOKOLSKI NZ, congrega pessoas de formação e cultura superior que, de boa vontade, estão dispostos a darem de si àqueles que mais precisam.

Em sua essência, a FUNDAÇÃO SOKOLSKI NZ, se propõe a realizar e desenvolver programas educacionais em todos os níveis, propondo-se igualmente, a promover e incentivar atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, artes, esportes e, principalmente, uma atuação efetiva na área de assistência social. Visa promover e valorizar o ser humano em seu meio, orientando-o para uma finalidade mais ob-

jetiva e profícua na sociedade.

Por tudo isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 523/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras da Caridade, de São Vicente de Paulo", com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em 28 de agosto de 1966, um grupo de abnegadas Senhoras da Paróquia do Rocio, em Curitiba, fundou a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, com a intenção de prestar assistência social e educativa aos carentes.

Em todos os tempos, em cada lugar, é necessário que valorizemos tais iniciativas, pois, são procedimentos que visam preencher as lacunas existentes no setor social, notadamente nas grandes cidades. Sem a colaboração de entidades como a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, dificilmente o Governo Federal, Estadual ou Municipal, poderiam arcar com a totalidade do trabalho assistencial necessário para minimizar, pelo menos em parte, a vida dos menos favorecidos pela sorte.

É, pois, baseado no profundo sentido humano e social da entidade mencionada que, esperamos seja o presente projeto de lei aprovado.

PROJETO DE LEI N° 524/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a "Associação Filantrópica Viracopos", e dá outras providências, com sede e foro na cidade de Jardim Alegre - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em 20 de julho de 1990, um grupo de abnegados e íntegros, de formação cultural superior que, de boa vontade, estão dispostos a darem de si àqueles que mais precisam.

Em sua essência, a ASSOCIAÇÃO FILAN-

TRÓPICA VIRACOPOS, se propõe a realizar e desenvolver programas de assistência social em todos os níveis, propondo igualmente, a incentivar atividades nas áreas de saúde, educação, cultural, artística e esportes. Visa promover e valorizar o ser humano em seu meio, orientando-o para uma finalidade mais objetiva e profícua na sociedade.

Por tudo isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 525/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica estabelecida a obrigatoriedade de contratar enfermeiras para atuarem junto a escolas primárias e pré-primárias do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A clientela de escolas primárias e pré-primárias são crianças em faixa etária que exigem maior atenção e cuidado por parte dos pais, professores e responsáveis. É a fase da vida em que o indivíduo começa a liberar energia motora e uma certa agressividade; fruto de uma agitada civilização moderna onde o modelo de herói é aquele que bate mais, bate melhor e a todos vence. Claro que nem todas as crianças são necessariamente agressivas, mas são estas que levam a pior. Além dessa agressividade natural, a criança não atina com o perigo real e concreto. Ela pode postar-se junto à balança quando está sendo impulsionada por outra criança; pode, numa corrida empreendida, chocar-se violentamente com outra criança, ou mesmo chocar-se com um obstáculo que pode feri-la. Também não está excluída a hipótese de um estado febril que a atendente de enfermagem logo detectará e levará ao conhecimento da Diretora e esta, por sua vez, avisará aos pais. Uma enfermeira dará maior tranquilidade aos pais e irá gerar nova opção de trabalho para uma classe, cuja mão-de-obra será devidamente aproveitada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente. Passamos, de imediato, ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, o PL.

(Declina).

Com a palavra, o PDS.

(Declina).

Com a palavra, o PDL.
(Declina).

Com a palavra, o PDC.
(Declina).

Com a palavra, o PFL.
(Declina).

Com a palavra, o PTB.
(Declina).

Com a palavra, o PRN.
(Declina).

Com a palavra, o PT.
(Declina).

Com a palavra, o PSDB.
(Declina).

Com a palavra, o PMDB.
(Declina).

Com a palavra, o PDT.
(Declina).

Está encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a Comissão Permanente de Fiscalização. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 439/90, 510/90, 511/90 e 512/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação e discussão para o Projeto de Lei n.º 514/90, que cria a carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 103/90, VETO PARCIAL ao Projeto de Lei n.º 132/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 62/90) que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava. (Publ. no D.A. n.º 24 de 22.03.90)

O Deputado Algaci Túlio, que é o Relator, vai proceder à leitura do seu Relatório.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Procede à leitura do Parecer).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Vossa Excelência está colocando em votação o Parecer?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou colocando o veto em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas, Vossa Excelência mandou o 1º secretário ler o Parecer. Tem que ser votado o Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Parecer foi lido e é um Parecer sobre o veto, que não depende de aprovação. O Parecer não depende de aprovação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - O Parecer é elaborado por quem, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pelo digno Relator.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas então tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vai ser votado porque é veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas, o que é que tem isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem muita coisa. Vou submeter a votos o veto. Os Senhores Deputados que aprovam o veto...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...votará com a Cédula "NÃO".
E os Senhores Deputados...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Pela ordem, Senhor Presidente! Eu tenho o direito de fazer uso da palavra, "pela ordem". E peço que Vossa Excelência me conceda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência cite o dispositivo do Regimento Interno que está sendo infringido.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Se Vossa Excelência quiser, posso citar o dispositivo que diz que não deve ser votado o Parecer, eu cito o outro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é um ilustre Deputado, na qualidade de Líder do Governo...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presi-

dente, relator! Relator! Toda vida foi votado, Senhor Presidente! Hoje, porque Vossa Excelência não quer, não vai ser votado. Sempre foi! Eu estou há oito anos neste Parlamento e sempre houve votação de Relatório! Agora, Vossa Excelência não quer que seja votado, não vai ser votado, porque Vossa Excelência é o dono da Assembléia! E nós todos vamos dizer "amém". Não existe Deputado, não existe Plenário, aqui! Nós todos vamos dizer "amém", como temos feito nos últimos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é que é o dono da Assembléia.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu não sou, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos o veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito votação nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência incorre, mais uma vez, numa asneira. A votação do veto é nominal e secreta.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas, Vossa Excelência nunca seguiu o Regimento Interno! Como é que eu vou saber o que é que Vossa Excelência vai votar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu só sigo o Regimento Interno quando interessa a Vossa Excelência.

Vai-se submeter a voto. Os favoráveis à manutenção do veto votação "SIM"; os contrários votarão "NAO".

Será procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação do veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar então que constasse em Ata que o relatório não foi votado; que o relatório que diz que o veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário não foi votado pelo Plenário por determinação do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Eu gostaria de uma informação da Mesa. Quando Vossa Excelência anunciou que os que forem favoráveis ao veto votarão SIM e os que forem contrários votarão NAO, quando era o contrário. Os que são favoráveis ao projeto votam SIM e os que são contrários ao projeto votam NAO. É essa a infor-

mação que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, já nos últimos vetos, decidiu que os que aprovam o veto votam SIM.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Artagão Mattos Leão referiu-se a Vossa Excelência e, por via de consequência, aos demais Deputados.

Eu gostaria apenas de chamar atenção do ilustre Presidente para que não se exaspere porque o Deputado Artagão está fazendo um treinamento, porque a partir de março, ele será um aguerrido membro de oposição nesta Casa.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Eu só gostaria de saber de Vossa Excelência, esse veto que estamos votando, a que se refere? Seria possível citar o que foi votado, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está na Ordem do Dia de hoje.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, posso esclarecer a Vossa Excelência e ao Deputado Baggio.

Quando da mensagem governamental que criou a UNICENTRO favorecendo os municípios de Guarapuava e Irati, nós éramos autores da emenda que criava a UNIVALE incorporando as Universidades de Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas e União da Vitória, nos sentimos prejudicados pela maneira com que o Governador mandou apenas a UNICENTRO. Emendamos a mensagem do Governador, criando a UNIVALE a reboque da UNICENTRO. E o Governador vetou a UNIVALE.

Agora, hoje, em época de eleição do 2º turno, o Governador mandou a mensagem para a Assembléia, criando a UNIVALE. E nós, faríamos um apelo aos nobres Parlamentares, que se derrubássemos o veto, nós estaríamos aprovando a UNIVALE junto com a UNICENTRO, deixando de votar a mensagem do Governador que cria a UNIVALE demagogicamente em véspera de eleição.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de chamar a atenção dos nobres Parlamentares desta Casa, para um assunto de suma importância que nós vamos votar neste instante.

Resgatando o que ocorreu quando do encaminhamento pelo Governo do Estado da Mensagem criando a Unicentro, todos nós temos conhecimento de que a Faculdade de Ponta Grossa, já em plena atividade, estará incorporando pela Constituição na formação da Unicentro, a Faculdade de Irati. Tão logo foi aprovada a Constituição do

Paraná, a Câmara Municipal de Irati, autorizou de pronto a transferência de patrimônio da Faculdade para o Poder Público, condicionando todas as formas para que fosse criado a Unicentro, resolvendo com a fundação o que lhe é essencial, que é o patrimônio.

A Univale tem as faculdades de União da Vitória, de Palmas, de Pato Branco e as de Francisco Beltrão. As faculdades de União da Vitória, uma particular e uma estadual, se não me falha a memória, as faculdades de Palmas pertencentes à Igreja Católica, o Vaticano, portanto, o seu patrimônio, a Faculdade de Francisco Beltrão é uma Fundação Municipal, e a Faculdade de Pato Branco também uma Fundação Municipal.

Evidentemente, que as emendas na oportunidade, tiveram até um efeito de pressão, criando por emenda nesta Casa a Univale, no entanto, evidentemente, com problemas seriíssimos para implantação, porque não se cria uma Fundação sem que se tenha definição inclusive, do patrimônio que essa Fundação possa ter, para se poder criar uma Universidade. As emendas foram votadas aqui e não foram só essas, eu chamo a atenção a este Parlamento.

Além da criação da Univale, foi através de emenda, reboque da criação da Unicentro, passado o curso de medicina ou de odontologia se não me falha a memória, de Maringá para o Estado, foi passado a construção do campus universitário de Cianorte para a responsabilidade do Estado, foi estadualizado Cianorte, foi estadualizado União Bandeirantes, município de Bandeirantes, Faculdade de Bandeirantes, e se não me falha a memória ainda com Cascavel.

Quer dizer, nós passamos praticamente via emenda numa Mensagem do Governo, todas as faculdades do Paraná para o Estado, criando ao arrepio do que deveria acontecer. Mas, enquanto isso procedia aqui na Assembléia, as faculdades interessadas na criação da Univale através de um Decreto Governamental, foi criado uma Comissão composta pelos integrantes das faculdades os seus diretores, para que em reunião e em estudo se propusesse a solução para poder criar a fundação. E eu tenho em mãos aqui o relatório parcial de atividades desenvolvido pela Comissão de implantação da Univale, que fez dezenas de reuniões, fez levantamentos, esteve conversando com o Bispo de Palmas, para conseguir a transferência desse patrimônio, para o Estado, criando as condições reais de criação da Univale.

Muito bem, um trabalho digno, apolítico, feito pelos diretores, pela comissão formada que se consumou com a possibilidade da criação dessa Universidade que é um sonho de toda a região Sudoeste do Paraná. que impasse nós geramos nesse instante, se

nós não tivermos acuidade de percebermos o momento que estamos vivendo.

Aqui na Assembléia Legislativa está tramitando uma Mensagem Governamental, criando a fundação Univale, a fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, já votado em primeira discussão e com retirada de pauta por uma sessão, portanto, projeto já em segunda votação de criação da Univale.

Agora, nós vamos votar o veto, contra a criação da Univale por emenda, eu lhes chamo a atenção meus prezados Parlamentares, se eventualmente nós derrubarmos o veto, vai ocorrer que nós estamos tramitando nesta Casa, a criação da Univale por Mensagem Governamental, com a participação da Comissão formada dos integrantes das universidades, e paralelamente pela derrubada do veto, nós teremos então, via emenda, sem o critério devido de Fundação também mantido a emenda, então nós estaremos com duas Univale correndo neste Plenário, indiscutivelmente com prejuízo extraordinário para estudantes, professores e faculdades daquela região, que não querem a disputa política em cima da matéria, querem, nada mais, nada menos, do que a concretização de um sonho do Sudoeste que é a criação da sua Univale.

Peço vênica aos Senhores Parlamentares que reputando aquilo que aconteceu anteriormente, a emenda que teve a sua razão de ser, naquela oportunidade para funcionar como pressão ao Governo na aceleração da criação da Comissão, mas que nesse instante, o nosso procedimento só poderá ser de manutenção do veto, porque mantido o veto mantém-se o projeto que está na Casa e em duas votações ou mais estaremos com a Univale consolidada; sob pena de criarmos uma situação "sui generis", na Casa, dois projetos, um criando por emenda, sem a avaliação devida, outro criando por Mensagem. O que indiscutivelmente vai acontecer é que a região vai ficar sem a criação da sua Universidade, porque evidentemente isso vai acabar embaralhando todo o processo, com prejuízo fatal aos estudantes da nossa região que estão aguardando que nós tenhamos a sensibilidade de manter o veto e continuarmos votando a Mensagem que está na Casa para podermos comemorar juntos, a Assembléia e a população do Paraná a criação da Univale.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal para a votação.

A Presidência esclarece, mais uma vez que, para a rejeição do veto, com a consequente aprovação dos artigos vetados será necessário 28 Senhores Deputados que votem Não.

Os Senhores Deputados que pretendem

rejeitar o veto votarão com a cédula Não e os que pretendem manter o veto votarão com a cédula Sim.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para esclarecer alguma dúvida de Plenário: Sim, mantém o veto; Não derruba o veto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - Procede à chamada nominal para votação, dos Senhores Deputados. Trinta e sete Senhores Deputados votaram, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e sete Senhores Deputados votaram.

A Mesa designa uma Comissão composta pelos Deputados Ezequias Losso, Paulino Delazeri e Valderi Vilela para comporem a Comissão escrutinadora.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Eu solicitaria que Vossa Excelência designasse um companheiro de nossa Bancada para que fizesse o acompanhamento da escrutinação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência fica designado.

20 Senhores Deputados votaram com a cédula "não"; 17 com a cédula "sim", mantido o veto.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação de autoria dos Senhores Deputados José Rogério Carvalho e Algaci Túlio, acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 179/90), que cria a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Em votação o Projeto. APROVADO, artigo por artigo.

Senhores Deputados que aprovam o projeto nº 514/90, queiram levantar-se.

28 Senhores Deputados APROVAM o Projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, pela ordem.

Eu gostaria que constasse em Ata, que eu contei 20 Senhores Deputados. Vossa Excelência na sua matemática contou 28: que posso eu fazer?

Mas que conste em Ata que o projeto

foi aprovado por 20 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai constar em Ata que Vossa Excelência alegou que não estão em plenário, 20 Senhores Deputados. E a matéria foi aprovada por 28 Senhores Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - É só contar, Senhor Presidente.

É muito fácil contar. As galerias estão vendo que Vossa Excelência faz o Regimento Interno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente; matéria vencida, a votação está encaminhada apesar da retirada de plenário do líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matemática do nobre Deputado Artagão Mattos Leão deve ser uma matemática diferente daquela do Malba Tahan. Por isto a matéria está aprovada com 28 Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o município de Borda do Campo, com território desmembrado do município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão solicita verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O 1º Secretário anuncia a aprovação por 28 Senhores Deputados.

Há alguma dúvida, Deputado Artagão?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu solicito votação nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já é matéria vencida. Está aprovado o projeto.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/90, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que proíbe a utilização de Símbolos e outros que ostentem a Cruz Suástica ou Gamada e quaisquer objetos ou emblemas que induzam a preconceitos de raça, cor, credo, sexo e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Eu solicito votação nominal para este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito que Vossa Excelência submeta à votação nominal o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aí Vossa Excelência está confundindo "alhos com bugalhos".

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas, por que eu, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Porque Vossa Excelência quer votação nominal para votação....

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas eu não tenho esse direito? Se eu não tiver eu declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Plenário vai decidir se Vossa Excelência tem razão ou não na votação nominal.

Senhores Deputados que aprovam votação nominal para o projeto anunciado, queiram conservar-se como estão.

REJEITADO.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu então diria a este Plenário e a Vossa Excelência de que foi aberto um precedente, de hoje em diante todos os pedidos de votação nominal deverão ser apreciados pelo Plenário, porque Vossa Excelência não pode dar tratamento diferenciado aos Deputados desta Casa.

Eu quero ter no mínimo o mesmo tratamento que os demais Parlamentares ou se Vossa Excelência tem alguma coisa pessoal contra este Parlamentar eu pediria que Vossa Excelência pelo menos no exercício da Presidência agisse como Presidente, tratando todos de forma igualitária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu tenho grande admiração por Vossa Excelência, mas acho que Vossa Excelência está como a mãe do soldado que desfilava no batalhão que estava com o passo errado, só o meu filho está com o passo certo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Engraçado, Senhor Presidente, que eu penso a mesma coisa de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Afinal de contas o requerimento de Vossa Excelência tem que ser votado. Se Vossa Excelência me apresentar um caso de votação nominal e de ofício da Presidência, eu renuncio o meu mandato, enquanto eu for Presidente.

3ª Discussão do Projeto de Lei nº 447/90.

APROVADO.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já foi feita a verificação de votação. Mais uma vez?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Foi feita de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou atender Vossa Excelência mais uma vez. Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O Senhor 1º Secretário anuncia 28 Senhores Deputados. Aprovado o projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - 28 a favor e quantos contra?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um, parece que só Vossa Excelência é contra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Têm vários aqui que não se manifestaram, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então vou atender mais uma vez Vossa Excelência. Veja o apreço que eu tenho por Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - A única vez, Vossa Excelência, porque nada decide, então, Vossa Excelência vai atender.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 447/90, queiram levantar-se.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar o meu voto contra a este Projeto nº 447/90, uma vez que entendo que este projeto é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu solicito a retirada desse projeto por um período de 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto não pode ser retirado porque está na fase de votação, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a exemplo da sessão de ontem, eu peço que Vossa Excelência re-

gistre o meu voto contrário ao projeto, porque cerceia as liberdades.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contra, também, Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu gostaria de registrar o meu voto contra, também, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero deixar feito o pedido para que seja retirado da Ordem do Dia até amanhã. Farei o pedido por escrito, à Mesa, para retirada do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado, o projeto está em 3.^a discussão, não haverá quarta.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma vez que se tornou confusa esta votação, eu solicitaria de Vossa Excelência, se há possibilidade de voltar a pôr o projeto novamente em votação, porque já se demonstrou que vários Deputados estão contra e nós gostaríamos de saber o resultado oficial dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação está feita e os votos contrários registrados.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não é questão de votação feita ou não. Esse projeto em discussão, do Deputado Rafael Greca de Macedo, é um projeto que contraria frontalmente a Constituição. Apesar de ter um Parecer favorável da Comissão Geral, eu solicitaria de Vossa Excelência que submetesse novamente à apreciação, para que essa matéria seja até discutida.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma vez que Vossa Excelência admite que já foi votado, eu gostaria dos resultados. Quantos votaram favoráveis e quantos contra, ou Vossa Excelência submete à votação o pedido do Deputado Furiatti e o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado Manfrinato, a votação já foi feita, mas eu vou, tendo em vista a consideração que tenho por Vossa Excelência, submeter novamente a votos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Se-

nhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pediria a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que declinasse o resultado da votação. Quantos rejeitaram?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - É matéria vencida, Senhor Presidente.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 326/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado do Farol, com sede e foro no distrito de Farol. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 339/89, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação com chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu queria encarecer ao Deputado Artagão Mattos Leão de que nós temos, na sequência da Ordem do Dia, Projeto de suma importância que diz respeito à Polícia Civil e à Polícia Militar e nós ontem nesta Casa, numa maneira demonstrada até de respeito ao Poder, e entendendo da importância da suplementação de verba ao Governo do Estado, deixamos de lado as cores partidárias, as paixões políticas e para não querer ver este Paraná parar votamos favoravelmente.

Então, encareço ao Deputado Artagão Mattos Leão, em nome de todos os paranaenses que dependem de uma segurança melhor neste Paraná, que não solicite verificação de votação, caso contrário, a sessão pára aqui porque a maioria da Bancada, exatamente do PMDB, deixou o Plenário, e parece que não é essa a intenção dos Deputados do PMDB de breçar a continuação da sessão. Por isso eu encareço ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu queria fazer um apelo ao colega Artagão Mattos Leão, que retirasse o pedido de chamada nominal e verificação de votação, uma vez que eu também sou autor desse projeto, tenho interesse de que o Sindicato Rural de Cianorte se transforme em utilidade pública, eu faço um apelo para que a sessão transcorra normalmente e quero re-

gistrar inclusive a colocação do Deputado Algaci Túlio, porque nós precisamos votar esses projetos, porque o Paraná não pode parar e por isso existe esse pedido de suplementação do Governo do Estado, ao que nós contamos com o apoio também de Vossa Excelência, Deputado, para que o Paraná não pare em consequência dos votos da Assembleia Legislativa.

Muito Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para dizer ao Deputado Dirceu Manfrinato que ontem eu já me posicionei dizendo que quando é do interesse do Estado e não interesse político, nós da Oposição estaremos disposto sempre a colaborar com o Governo do Estado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Suplementação de verba não é interesse político, é apenas para atender às necessidades do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Atendendo solicitação do ilustre colega, retiro o meu pedido de verificação de votação com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovado o projeto n. 339/89, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 16/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura a colocação de Balanças de Precisão na saída dos caixas de supermercados. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI N° 16/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa assegurar a obrigatoriedade em todos os supermercados estabelecidos no território paranaense, a instalação de uma balança de precisão na saída dos caixas, para aferição rápida das mercadorias adquiridas nos estabelecimentos.

O Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exerce as funções de fiscalização, assegurando proteção ao consumidor.

Assim sendo, não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NAMIR PIACENTINI

Há requerimento de preferência de discussão para os projetos de lei ns. 439, 510, 511 e 512/90. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito verificação de votação com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação para os projetos de lei com preferência de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam as preferências queiram levantar-se. 30 Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Um Senhor Deputados rejeita. Há quórum para votação.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 439/90, autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 175/90), que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

A Emenda foi retirada. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 510/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 176/90), que eleva a gratificação que trata o Artigo 92 da Lei Complementar n. 14/82 - Gratificação pelo regime especial de trabalho policial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 511/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 174/90), que dá nova redação ao artigo 72 da Lei n. 6.417 de 03 de julho de 1973. (Artigo 72 - A etapa é a importância e dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada, fixada mensalmente). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 512/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 177/90), que dispõe sobre a Gratificação Policial Militar Especial, que trata o artigo 89, item 3 da Lei n. 6.417 de 03.07.73, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para justificar meu voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, queremos neste momento também deixar externada a posição especialmente da bancada do PDT e, tenho certeza, dos demais Deputados, da importância destes quatro projetos que dizem respeito à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Quero, neste momento, aproveitar para fazer uma homenagem aos oficiais da Polícia Militar que, inclusive, estão deixando de ganhar alguns proventos durante dois meses para que o Governador do Estado pudesse atender, de uma forma unânime, a todo o quadro da Polícia Militar, desde o oficial até o soldado desta corporação.

E conseqüentemente também igualando-se às condições com relação à Polícia Civil.

Acho que o Governo do Estado reconheceu, em boa hora, a necessidade de melhorar a situação financeira dos quadros da Polícia Militar que já estávamos com uma defasagem muito grande, não apenas em termos de remuneração, mas também em termos da perda de integrantes daquela corporação. O Paraná estava se vendo nas condições até de ter que tentar um recrutamento de emergência para poder compor os quadros da Polícia Militar.

Com esta modificação na mensagem governamental, possibilita que tanto soldados, como oficiais, tivessem o devido reconhecimento na relação dos seus soldados. De igual forma a Polícia Civil do Estado do Paraná.

Por isto fica aqui o nosso registro a estes projetos, porque entendemos nós que eles são de suma importância e visam corrigir a distorção que existia entre determinadas graduações dentro da Polícia Militar e também dentro dos quadros da instituição da Polícia Civil.

É o registro, Senhor Presidente.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Ofício nº 692/90), que objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 425/90. Retirado pelo au-

tor.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de ouvir do Deputado Artagão Mattos Leão a justificativa da retirada do projeto em pauta, para que possamos votar conscientemente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - É muito fácil, Deputado Algaci Túlio. Não tivemos oportunidade de estudar este projeto e eu preciso conhecer o que vou votar. Eu perguntaria a Vossa Excelência se Vossa Excelência conhece o teor desse projeto se vai criar cargo? Se não vai criar cargo? Se aumenta vencimento? De quem aumenta? ... Eu acho que nós não sabemos! Eu não sou contra a mensagem ao projeto. Devo votar favorável nas próximas eleições. Apenas quero tomar conhecimento do que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão, queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

A Mesa vai proceder novamente à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto ressalvadas as emendas. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

As emendas serão lidas pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê emenda - Ao Projeto de Lei que reestrutura o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná...).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda do Deputado Ezequias Lossó, já lida pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, o Projeto do Tribunal de Contas que se encontra na Casa está merecendo a Emenda? ... Eu gostaria - se não fosse abusar que lêssemos esta emenda novamente porque lhe confesso que ...

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede novamente à leitura da referida emenda).

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Rogério Carvalho) - Prossegue à leitura da emenda do Senhor Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, há uma determinada dificuldade, e aliás, que isso sirva para nós na formação do novo Regimento Interno, a pauta só publica as matérias na primeira votação, as emendas entram em segunda votação.

Obviamente a emenda com referência a números e artigos de matéria que não tem aqui, é difícil para o Plenário entender o que está equiparando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro a votação das emendas para a sessão de amanhã e a Mesa vai incorporar as matérias que foram objetos da emenda do Deputado Ezequias Losso.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 66/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Terra Boa, para que a população decida sobre a criação do município de Malu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Moreira Salles, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Malu.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no artigo 19, § 1º, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação processual legislativa neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 95/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que autoriza o Poder Executivo a criar Parque Florestal no Município de Guarapuava. Com Parecer Favorável da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 26, de 24.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 95/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo criar, no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal.

Ao analisarmos o aspecto constitucional, legal da matéria, a encontramos plenamente apoiada na Constituição Federal, onde reza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida.

Ao Poder Público e à Coletividade impõe-se constitucionalmente o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Além do mais, no art. 225, incisos I e III, da Magna Carta Federal, que para assegurar a efetividade do direito supra citado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades federativas, espaços territoriais e seus componentes a serem essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Daí, a importância deste Projeto de Lei, pois trata de evitar a destruição de mananciais e mata nativa na Serra da Esperança.

Assim sendo, por não haver qualquer impedimento legal ou constitucional, somos pelo Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 95/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI Nº 95/89

PARECER:

Com apoio nas Constituições Federal e Estadual, o projeto de lei que visa criar, no município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal, merece a nossa mais acurada aten-

ção, principalmente tendo-se em vista os objetivos preservacionistas e ecológicos que tal iniciativa do ilustre legislador, Deputado Cândido Bastos pretende alcançar. Embora o projeto de lei não estabeleça as dimensões geográficas do Parque a ser criado, nem tampouco faça menção do número de propriedades que serão envolvidas e nem estabeleça com maior clareza os aspectos relacionados à desapropriação da área necessária à formação do parque, possui ele, por si só, os méritos necessários à sua aprovação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.89.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 95/89

PARECER:

O presente Projeto, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, que visa a criação de um Parque Florestal em Guaruapuava, está em plena consonância com os princípios constitucionais da defesa e preservação do meio ambiente.

Além disso, tanto a Constituição Federal como a nova Constituição de nosso Estado, prezam pela instituição de áreas de zoneamento ecológico a fim de que haja um maior equilíbrio na natureza.

Tais projetos são de fundamental relevância, principalmente na atual condição de destruição ecológica em que vivemos.

Face ao exposto, somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.89.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 175/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que concede a Senhora DEA AMARAL, viúva do ex-Prefeito do município de Campo Mourão, Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 66 de 08.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 175/89

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, visa

conceder a Senhora Déa Amaral, viúva do ex-Prefeito do Município de Campo Mourão, Senhor Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários-mínimos de referência.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, a medida é plenamente justa e oportuna, pois dará condições de sobrevivência a uma família que ficou em completo desamparo por ter tido o responsável por seu sustento falecido repentinamente em acidente automobilístico.

No que se refere aos aspectos constitucionais e legais não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite desta matéria.

Assim sendo, considerando o elevado alcance da medida proposta, manifestamos-nos pelo Parecer FAVORÁVEL à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAUL LOPES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 515/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que extingue o Fundo de Previdência Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei n. 6.639 de 05.12.74, modificado pela Lei n. 7.111, de 13.12.83. Aprovado. (Public. no DA. n. 120 de 15.10.90)

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 108/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de ITACOLOMI. Aprovado. (Public. no DA. 119 de 11.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 109/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de RIO BRANCO DO IVAÍ. Aprovado. (Publicado no DA. n. 119 de 11.10.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 138/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 140/90), que autoriza o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras Cartografia e Florestas-ITCF, a alienar a ANTÔNIO FERNADES DE MELLO e FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE, o imóvel constituído do lote n. 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado com área de 304.8499 hectares. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2331, da au-

toria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2311, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2312, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2314, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2326, 2320, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2306, 2307, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2309, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2327, 2328 e 2329, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Do Senhor Caíto Quintana, requer inclusão do projeto de lei na Ordem do Dia, para votação e redação final.

A Mesa vai informar o que é o projeto, e tão logo isso aconteça amanhã será submetida à votação.

Requerimento de n. 2334, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Cândido Bastos, Neivo Beraldin e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 2308, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Os projetos que solicitam a comissão geral e que não forem especificados, a Mesa só os apreciará quando tornarem, através do requerimento, a situação do Projeto.

Requerimento de n. 2313, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de ns. 2315, 2317, 2318, 2319, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2310, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Basílio Zanusso, Ferrari Júnior, e Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 326 e 339/89, 016, 425, 439, 510, 511, 512 e 514/90;

e do Projeto de Resolução n. 66/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 095 e 175/89 e 499/90;

e dos Projetos de Resolução ns. 108 e 109/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 184, 349, 358 e 389/89, 399 e 480/90.

Levanta-se a sessão.